REVISTA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

## SITIENTIBUS

## CIDADES DO PORTAL

## ARTIGO

**REFLEXÃO ACERCA DA FORMAÇÃO DE UMA PEQUENA CIDADE: O CASO DE IRARÁ-BA**  
*REFLECTION ON THE FORMATION OF A SMALL CITY: THE CASE OF IRARÁ-BA*

IRALVA MARTINS SANTANA

Graduada em Geografia/UEFS. E-mail: iralvasantana9@hotmail.com

**RESUMO**

Este artigo apresenta uma breve discussão a respeito da formação da pequena cidade Irará-BA, aborda aspectos do desenvolvimento urbano, com definições e perspectivas de alguns teóricos sobre a temática e elementos que estabelecem a sua existência ou não. Além disso, contextualiza as cidades pequenas, como são definidas e os critérios utilizados para sua classificação, conforme o pensamento de diferentes teóricos. O desenvolvimento não pode ser pensado apenas como a organização em sua parte estrutural, porém, devem ser levados em consideração, especialmente, os interesses sociais e coletivos. A ideia de desenvolvimento é acompanhada de uma carga de valores que independem de algum pensamento disseminado por escolas ou ideologia própria. Em relação às cidades, pequenas devem ser observadas pelo seu papel, a função que exerce e os equipamentos que possui para só então haver uma classificação. O exemplo de cidade pequena desse artigo é a cidade de Irará, ao considerar aspectos de sua história e formação.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento urbano, cidades pequenas, Irará.

**ABSTRACT**

This article presents a brief discussion about, gives formation in the small city Irará -BA, approaches aspects of development urban, with the definitions and prospects of some theorists about the and elements what at establish the existence or not of urban development. Beyond of this contextualize Small Cities, as they are defined and the criteria used for the ranking according to the thought many different theorists. The Development can not to be thought only as the organization in your part structural, however, to be take in consideration especially the interests social and collective. The idea of development is accompanied in a charge of values that are independent of some thought widespread by schools or its ideology own. In relationship the cities small should to be observed for paper, the function what exercises and the equipment what It has for only so be an ranking. The example cities small of this article is the city of Irará-BA, where as aspects in your story and formation.

**Keywords:** Urban development, small cities, Irará.

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho faz uma breve discussão sobre desenvolvimento urbano, cidades pequenas e a formação da cidade de Irará, com o objetivo de discutir os fatores e perspectivas de estudiosos sobre as temáticas e os elementos

elencados pelos mesmos para que o desenvolvimento de uma cidade possa ocorrer. Além disso, conceituar as cidades pequenas baseado nos critérios e pensamentos de diferentes teóricos, bem como tratar os aspectos da historicidade e formação da cidade Irará, que também contribuíram para a produção deste artigo.



Na metodologia, foram realizados estudos bibliográficos sobre a temática para dar embasamento aos conceitos discutidos, pesquisas documentais e observações em loco, que também contribuíram para o entendimento acerca das questões levantadas.

Parte-se do princípio de que o desenvolvimento urbano não pode ser visto apenas como uma forma de estruturação, mas, sim, como um mecanismo que envolve a sociedade e a busca pela inclusão social. A cidade pequena deve ser pensada pelo papel que exerce e por sua função em relação aos demais municípios, e não apenas pelo seu contingente populacional.

## PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO URBANO

O entendimento acerca do conceito de desenvolvimento urbano parte por diferentes linhas. Aliás, ao se mencionar o termo logo é atribuída a ideia econômica, porém não se pode designar apenas a essa vertente, já que é algo muito amplo, sendo possível traçar diversas modalidades de estudos sobre o tema. Para Souza (1996), a palavra desenvolvimento, por si só, já é prenhe de juízos de valor, antes mesmo de alguém qualificar o que entende por ele. Nesse sentido, pressupõe-se que o desenvolvimento traga algo novo, mudança e, segundo esse autor, implica alteração, transformação e uma transformação positiva, desejada ou desejável.

A primeira teoria criada sobre o desenvolvimento partiu da Escola Clássica de Adam Smith e David Ricardo e, de acordo com Lisboa (2007), foi a primeira concepção moderna do desenvolvimento, que visava divulgar como poderia transitar de um modelo econômico atrasado para uma economia moderna, ou seja, mais avançada industrialmente.

Ainda seguindo o pensamento de Lisboa (2007), a escola neoclássica tinha como principais idealizadores Marshall, Keynes, Shumpeter e Rostow e defendia a ideia que a relação entre o setor atrasado e o setor moderno ou industrial tem dificuldade de romper com a estrutura de atraso, pois essa é posta como a asfixiadora do crescimento, o que impossibilitaria a difusão desse procedimento de modernização.

No Brasil, a primeira política desenvolvimentista foi gerada em função dos interesses das elites dominantes que acreditavam que o desenvolvimento só era possível com a negação do negro, pois acreditavam no sistema de branqueamento da população para alcançarem esse status. Sobre esse sistema, Lisboa (2007) aponta que a oposição ao regime escravocrata fez com que surgisse a política de branqueamento que foi gerada por ideologias e estereótipos de inferioridades e/ou superioridades racial. Com isso, foi se firmando tal concepção e disseminando a ideia de superioridade do branco ou de quanto mais branco melhor.

Assim, era pregado que no país não haviam problemas relacionados a questões raciais, sem disputas, e admitia-se que era uma única nação. Desse modo, a autora enfatiza que

se existisse a possibilidade do país se tornar branco havia a compreensão que o homem branco era mais capacitado e que poderia contribuir com as etapas do desenvolvimento econômico que o país necessitava, o que deixava evidente que o contexto da sociedade colonial e escravocrata era um obstáculo para seu desenvolvimento.

Smith (1988) fala sobre o desenvolvimento na perspectiva do capitalismo. Mas, qual seria o desenvolvimento pregado por esse autor? O desenvolvimento desigual em que os modelos são projetos, criados e implantados em diversas partes do mundo, porém com condições diferenciadas, geradas por meio da divisão social do trabalho, que provocou a divisão da sociedade em duas categorias, a que vai deter o total controle das forças produtivas, o explorador, e os que vão se submeter a esse controle, que serão os explorados; ou seja, a ascensão de um grupo será baseada na utilização da força do outro.

Para mostrar como ocorre esse desenvolvimento desigual no espaço geográfico, Smith (1988) faz algumas análises críticas sobre o pensamento de autores, dentre eles Marx, Engels e Lefebvre. Com base as ideias de Marx, entende que o desenvolvimento desigual passou a existir por meio da divisão social do trabalho, nesse sentido a diferenciação por meio das classes, segundo esse autor, foi fator para a existência desse desenvolvimento desigual.

De acordo com Smith (1988 p.139), "o desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo", ou seja, é a reprodução fiel dos diferentes modos de produção em várias partes do planeta, como por exemplo, as empresas multinacionais, que espalham filiais em diferentes países para exploração de obra barata, políticas de crescimento, protótipo, mesma técnica de produção e detenção da tecnologia.

O termo desenvolvimento sempre foi imediatamente pautado no pensamento econômico, visto que no decorrer de muitos anos atribuíram-se ao conceito as questões associadas a tais ideias, baseadas em modelos desenvolvimentistas em que as melhorias dos dados sociais eram um reflexo do desenvolvimento econômico. De acordo com Souza (2005), o desenvolvimento econômico, na sua essência, é uma combinação de duas coisas: crescimento econômico e modernização tecnológica, algo que é muito disseminado na sociedade.

A ideia do desenvolvimento envolve um contexto amplo de fatores necessários para que o mesmo ocorra e deve considerar não só aspectos fiscais, mas também sociais. Então, nesse sentido, Souza (2005) faz uma reflexão sobre o que seria o desenvolvimento, quando diz que em seu conteúdo mais simples seria um sistema de alterações para um estado de melhor qualidade. É preciso lutar constantemente por equidade do coletivo e também boas condições de vida para uma grande quantidade de cidadãos, sendo preciso, portanto, estabelecer estratégias para enfrentamento das adversidades, a fim de superar os problemas.

De acordo com Cardoso (2010), uma grande referência para a área do desenvolvimento urbano, no Brasil, foi a inclusão do capítulo sobre a reforma urbana na Constituição Federal de 1988. Disso, o Estatuto da Cidade, aprovado posteriormente, passou a oferecer um arcabouço legal voltado para o reconhecimento da função social da cidade, que estabeleceu de estratégias com a participação popular visando a produção de suas políticas, o que foi reforçado com a criação do Ministério das Cidades, em 2003.

Sobre desenvolvimento urbano, o governo federal define como a melhoria nas condições materiais subjetivas de vida nas cidades, com o propósito da redução das discrepâncias sociais, assegurada também a sustentabilidade ambiental, assim como a econômica e a social. Com a proporção quantitativa da infraestrutura, serviços e equipamentos, o desenvolvimento urbano abarca, além disso, o aumento da expressividade cultural, política e social dos sujeitos, assim como de todo o conjunto em consonância com questões relacionadas a preconceitos, segregação, discriminação, clientelismo e a cooptação (BRASIL, 2004).

Na Constituição Federal de 1988, no artigo 182, ficou estabelecida a política de desenvolvimento urbano, que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, bem como garantir o bem-estar dos habitantes, sendo delineado pelo instrumento básico dessa política que é o plano diretor (OLIVEIRA, 2001).

Então, Souza (2005) argumenta que o verdadeiro desenvolvimento urbano, sem aspas, é aquele que não leva em consideração apenas o melhoramento da malha urbana e a modernização por meio dos sistemas tecnológicos, pois não deve ser visto só como o crescimento da área urbana. Para ocorrer um desenvolvimento socioespacial da cidade, a cidade é preciso, portanto, que se avancem continuamente nos índices de boa qualidade de vida e também no aumento da justiça social.

No entanto, o desenvolvimento urbano só acontecerá por meio das ações políticas do Estado, com investimentos em infraestrutura urbana, assim como a parceria com setores que possam contribuir para que ele aconteça. Espera-se que o país progrida não só economicamente, mas também socialmente, pois só assim terá o desenvolvimento urbano, verdadeiramente.

## CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO CONCEITUAL

São inúmeras as discussões que envolvem o conceito de cidades pequenas. Porém, alguns autores tratam o mesmo como algo simples, ao se referirem à questão do tamanho e trabalham nessa perspectiva. Já outros autores preferem utilizar o termo centros locais. Então, é preciso compreender o que é uma cidade para posteriormente fazer as análises dos demais conceitos.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1946), cidade é toda aglomeração que disponha de

pelo menos dois mil habitantes, ou seja, a sede municipal que possua o respectivo nome do município.

De acordo com Limonard (1999), a cidade foi descoberta, inicialmente, como *locus*, espaço de reprodução da força de trabalho, da troca e do consumo. Contudo, com a inserção dos modos de produção capitalista, passou a desempenhar muitas outras funções.

Carlos (2011, p. 45) corrobora essa reflexão ao discorrer sobre a cidade e defini-la "enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações". Com isso, a cidade reproduz a ação dos desejos capitalistas, pois pela ação de produzir, consumir, habitar e viver pode-se transformar o espaço dessas cidades.

Como outros estudiosos, Souza (2005) também afirma que a cidade é um objeto muito complexo, e por isso muito difícil de definir. A cidade tem seu papel e sua importância no espaço urbano do país. Para o autor, toda cidade é do ponto de vista geoeconômico, ou seja, das atividades econômicas observadas por meio de um cenário espacial, uma localidade de menor ou maior nível, conforme o montante de bens e serviços que disponibiliza e faz com que chame cidadãos de diversas áreas. Destaca-se pela condição em oferecer uma demanda de recursos e atividades que outros centros não disponibilizam, o que faz com que esses espaços sejam mais atrativos que outros, cuja base é a Teoria das Localidades Centrais, criada por Christaller. Assim, "[...] a cidade é sob o ângulo do uso do solo, ou das atividades econômicas que a caracterizam, um espaço de produção não agrícola (ou seja, manufatureira ou propriamente industrial), de comércio e de oferecimento de serviços" (SOUZA, 2005, p.27).

Na concepção de Bacelar (2003), pode-se admitir que a "cidade é a materialização do urbano" e que ela "se materializa enquanto espaço urbanizado", ou seja é o espaço urbano de modo consubstanciado. A cidade tornou-se concreta face a sua organização administrativa, de suas condições de infraestrutura, e obras de reestruturação urbana. De acordo com o autor, pode ser vista como a materialização das ações humanas, medida que o urbano estaria intrinsecamente em um movimento de mudanças dos grupos sociais, das áreas ou contornos urbanos que não se resumem apenas a cidade, mas também a qualquer modelo de vida ou agrupamento societário.

Na perspectiva de Sposito (1991, p.11), a cidade contemporânea, "[...] é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações". As cidades atuais são produtos de intensos processos anteriores que culminaram nas formas da atualidade, sendo que essas carregam consigo resquícios de outras anteriores, que passaram por muitas modificações até chegar ao nível que se encontra.

Para explicar o termo cidade pequena, Maia (2005) afirma que ao se adjetivar tal substantivo com a palavra

"pequena" induz-se à análise do tamanho, que por sua vez conduz ao estudo das redes e hierarquias urbanas. Assim, cidade pequena está em oposição à cidade grande e entende-se que cada uma delas, mesmo que faça parte das relações mundiais, tem suas particularidades e deve ser entendida em função de seu contexto.

Vários estudos utilizam o critério do contingente populacional para fazer a definição do que é cidade pequena. Fresca (2010), ao utilizar outra obra pessoal, afirma que para designar uma cidade como pequena é preciso compreender sua introdução em determinado sistema urbano, ou seja, a função que exerce no espaço urbano regional, se exerce influência nas cidades do seu entorno ou é influenciada por outra na oferta e demanda de serviços básicos para a população.

Sobre a discussão de cidade pequena, Santos (1979, p.71) prefere utilizar o termo cidade local, que, segundo o mesmo, é "[...] a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço". Dessa forma, a cidade local não será vista pelo tamanho nem pelo seu contingente populacional, mas sim pela sua função de atender os anseios da população que vivem em grupos no espaço urbano, que desenvolverá nova atividade, que não será mais no campo e sim na oferta de diversos serviços em forma de comércio.

Segundo Santos (1979, p.71), a cidade local é compreendida "como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações", ou seja, é um conjunto que seja apto a atender os desejos imprescindíveis e ínfimos, que sejam verdadeiros ou construídos de toda população que terá funções que implicaram na sua existência e em seu convívio. Nesse sentido, é no local que são oferecidos diversos serviços para as pessoas que vivem nela e precisam, assim como para as pessoas que vivem no campo; serviços necessários ou em alguns casos desenvolvidos com o propósito de atrair a população de forma ampla para adquiri-los.

Sobre as pequenas cidades brasileiras da década 1950, a partir do processo de industrialização e urbanização, segundo Corrêa (2011), essas exerceram novo papel, tendo alguns pontos destacados pelo autor, como a questão demográfica, comparada os dados anteriores ao século XXI, que poderiam ter em volta de 10.00 habitantes em algumas partes e ser menores em outras. Os dados apontados são muitos, porém foi citado apenas um deles.

Portanto, a realização do estudo sobre Irará e considerá-la como cidade pequena justifica-se face à concepção de alguns autores que vão indicar critérios para fazer tal classificação. Normalmente, a cidade pequena é definida pelo seu contingente populacional, como também pelas discussões que existem sobre esse critério. Porém, não se considera o proposto por Santos (1979), que prefere

utilizar a denominação de centro local ao invés de cidade pequena, pois mesmo que seja considerada a função que a cidade exerce, em atender as necessidades da população que vive no espaço urbano, como as variadas formas de comércio, ela não é exclusivamente local.

A situação da cidade de Irará como pequena também se encaixa dentro dessa classificação, visto que ela consegue ofertar serviços básicos a sua população urbana e rural, não exclusivamente para a população local. Utiliza-se outro critério, proposto por Fresca (2010), que corrobora a ideia de Santos, pelo fato de ser encarregado do atendimento de um grupo da população no que concerne aos bens e serviços básicos essenciais a todos os habitantes.

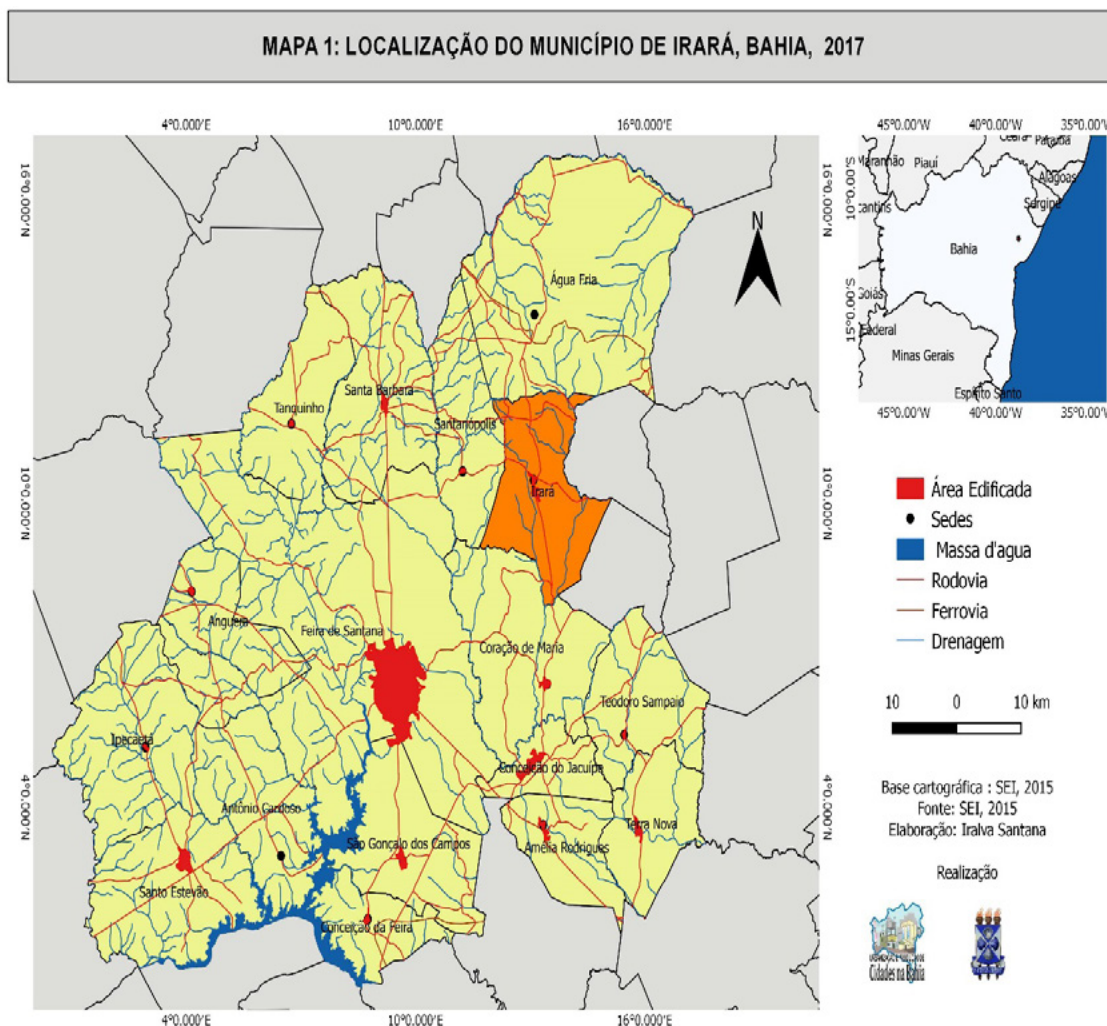
## HISTORICIDADE E FORMAÇÃO DA CIDADE DE IRARÁ-BA

Irará faz parte do Território de Identidade Portal do Sertão, distante da capital cerca 137 km. Limita-se com os municípios de Água Fria, a norte; Ouriçangas, a leste; Santanópolis, a oeste; Coração de Maria, a sul; e Pedrão, a sudeste. Como pode ser observado no Mapa 1. A população municipal, em 2010, era de 27.466 habitantes, conforme os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010). Para o ano de 2016, a população estimada passou de 29.723 habitantes. Sua área total é de 277, 792 km<sup>2</sup>, em 2015, e densidade demográfica de 98,87 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2016).

Na metade do século XVI, com a chegada dos portugueses ao território brasileiro, deu-se início a catequização dos povos que viviam por essas terras, os "silvícolas", nativos ou indígenas como eram chamados (IBGE, 1958). A proposta dos portugueses era "educar" os povos ao modo europeu e implantar não somente a sua religiosidade, mas também os hábitos de vida, costumes, a cultura deles, porém o propósito maior foi utilizar a força dessas pessoas e retirar as riquezas do território.

Como parte das estratégias dos portugueses de somar mais terras as que já tinham sido apropriadas, partiram rumo às novas conquistas. Assim, ao adentrar o sertão da Bahia, a excursão da Companhia dos Padres de Jesus, incumbida de realizar a catequização dos povos que habitavam o território, chegou em diferentes terras interioranas, dentre essas o território do atual município de Água Fria, que, por volta de 1562, era uma "aldeia tapuia", antes de assim ser denominada. Os padres jesuítas fixaram residência nessa área, onde foi construída a Igreja de São João Batista como forma de marcar a dominação das novas terras. Essas terras pertenceram a sesmaria dos Garcia D'Ávila, que tinha como principal atividade a criação de gado e a instalação de currais que proporcionaram a penetração em áreas até então desconhecidas, conforme as informações do IBGE (1958).

Da presença jesuítica na região, destaca-se a primeira capela que ficava aonde hoje é a Praça de Nossa Senhora Purificação dos Campos, demolida na década de 30 do século XX, local em que ocorre a feira livre nos dias



**Figura 1** - Mapa: Localização de Irará-BA, 2017.

atuais, e existe apenas um monumento com a imagem de Nossa Senhora da Purificação como marco. A Capela Nossa Senhora da Conceição, construída em 1726, cujo povoado tinha o nome Conceição de Bento Simões, seu antigo colono. Também destaca-se a Capela de Nossa Senhora do Livramento, no povoado da Caroba, construída em 1756. Todas apresentam características do estilo jesuíta no Brasil e se destacam pela beleza e arquitetura que carregam na sua história (SANTOS, 2008).

De acordo com o IBGE (1958), as terras em que foi construída a capela em homenagem a Nossa Senhora Purificação dos Campos ficavam ao lado da casa da fazenda, aonde existia um curral de cabras. Tais terras foram doadas a Antônio Homem da Fonseca Correia e Diogo Alves Campos, por volta de 1717, e foram concedidas ao Padre Antônio Homem da Fonseca Correia, filho do senhor das terras de mesmo nome, pertencentes a freguesia de São José das Itapororocas, quando começaram a ocorrer as primeiras ocupações em Irará, local esse que compreende a área central da cidade atualmente.

Ainda conforme o IBGE (1958), as estradas que cortam o município foram fundamentais para o seu desenvolvimento,

pois faziam parte da rota de acesso para o Porto de Cachoeira e, obrigatoriamente, todas as mercadorias da região passavam por Irará. O porto era um importante lugar que recebia todas as mercadorias que seriam enviadas para a Coroa Portuguesa, instalada em Salvador. Cachoeira, nessa década, era um polo desenvolvimento econômico, pois toda produção do Sertão Baiano obrigatoriamente era escoada por lá.

De acordo com o IBGE (1958), por volta de 1832, quando já se notava o maior desenvolvimento econômico da Vila da Purificação dos Campos, comparado com o povoado de Água Fria, houve a transferência da sede do arraial de São João Batista de Água Fria para Purificação dos Campos, devido a maior dinamicidade da estrada que dava acesso ao porto e obrigatoriamente passava-se pelo arraial. Porém, não havia desejo de regência sob ordens do Imperador Dom Pedro II da criação de mais uma vila. Esse então ordenou a execução da resolução de 1832. Porém, conforme Santana (1988), antes a freguesia de Purificação dos Campos foi anexada ao município de Feira de Santana até 1842, juntamente com Pedrão e as capelas de Coração de Maria.

De acordo com Santana (1988), ao final do mês de maio de 1843, o município de Água Fria foi extinto através da

Lei nº 173, pela Assembleia Provincial da Bahia, e foi criado como Purificação dos Campos de Irará. Conforme o disposto nos artigos:

Art. 1º – O arraial da Purificação fica elevado à categoria de vila e fica extinta a vila de Água Fria.

Art. 2º – o município de Água Fria e as da freguesia da Purificação e Pedrão, desmembradas do município de Feira de Santana, formarão o município da Purificação.

Art. 4º – A cadeia do Latim, estabelecida em Água Fria, será transferida para a Vila da Purificação. (SANTANA, 1988, p. 29, 30).

Passaram-se então algumas décadas e só em 08 de agosto de 1895 é que a vila da Purificação foi promovida à condição de cidade, através da Lei nº 100, quando recebeu o nome de Irará, que passou a valer também para todo município (IBGE, 1958).

No ano de 1950, de acordo com em o IBGE (1958), a população de Irará era de 49.711 habitantes e sua densidade demográfica de 28,9 habitantes por km<sup>2</sup>. A população rural chegou ao total de 91%, sendo que apenas 9% viviam na cidade. A população total dessa época era muito elevada, se compara aos dias atuais, quase duas vezes maior, o que pode explicar é o fato de ainda ter muitos territórios anexados ao município.

De acordo com as estimativas do Censo de 1950, cerca de 43% da população se encontrava ocupada e tinha como principais atividades econômicas a lavoura, a pecuária e silvicultura, com destaque para o cultivo de fumo, em primeiro lugar, que atingiu grandes volumes em folhas cultivados, o que chegou a cerca 1.853 toneladas. No ano de 1955, o total de fumo produzido no município foi a maior de todo o Estado, existiam cinco armazéns que compravam todo fumo produzido, seja matéria bruta ou tratado. Além disso, registrou-se no período uma grande safra de mandioca, que contribuiu significativamente para a economia no município. Também eram produzidos abacaxi, café, banana, laranja, abacate, amendoim, mamona, batata-doce, sisal, abóbora, coco e limão, e esses produtos eram comercializados em Feira de Santana, Alagoinhas e na capital Salvador, conforme os dados do IBGE, (1958). Com isso, a agricultura era o que mais contribuía para a economia do município, visto que as atividades primárias eram as que impulsionavam o crescimento econômico da região.

Embora tenha perdido parte de seu território, o município não perdeu o ritmo de crescimento, pois manteve-se com maior destaque em relação ao demais municípios que se desvincularam, a exemplo de Água Fria, Coração de Maria, Santanópolis, Ouriçangas e Pedrão, todos de seu entorno. Uma vez que dependem de muitos serviços e produtos que são ofertados na cidade, por possuir menor distância, do contrário, têm que recorrer a centros maiores, como Feira de Santana, Alagoinhas ou a capital Salvador.

Em relação aos dados demográficos do município ao longo dos anos, percebe-se que houve grandes variações

no total da população, em especial no quadro referente à população urbana. Entre 1940 a 2010, as mudanças que ocorreram no seu território também refletiram no comportamento da população, pois de 1940 a 1960 a população total era quase o dobro da registrada no último censo demográfico de 2010, quando estavam com 47.670 habitantes, enquanto na última contagem foi de 27.466 habitantes.

Ao longo das décadas em análise, observa-se que a população rural mantém-se superior em relação à urbana, embora na última década a população tenha evoluído na totalidade. Porém, o aumento do percentual da população urbana não foi suficiente para ultrapassar a rural. O exemplo é ano 2010, que a população urbana obteve 41% do total, que equivale a 11.246 habitantes, enquanto a rural correspondeu a 59% da população, o equivalente a 16.220 habitantes, (ver Tabela 1).

**Tabela 1** - Irará: População total rural, urbana; Taxa de Urbanização, 1940–2010.

| Períodos | Total  | Rural  | Urbana <sup>1</sup> | Taxa de Urbanização <sup>2</sup> |
|----------|--------|--------|---------------------|----------------------------------|
| 1940     | 47.673 | 43.685 | 3.988               | 8,4                              |
| 1950     | 46.711 | 42.611 | 4.100               | 8,8                              |
| 1960     | 45.113 | 29.475 | 15.638              | 34,66                            |
| 1970     | 16.575 | 13.595 | 2.980               | 17,98                            |
| 1980     | 20.454 | 15.718 | 4.736               | 23,15                            |
| 1991     | 23.869 | 16.501 | 7.368               | 30,87                            |
| 2000     | 25.012 | 16.506 | 8.657               | 34,61                            |
| 2010     | 27.466 | 16.220 | 11.246              | 40,95                            |

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Notas: 1 - São incluídas as pessoas que vivem nas sedes de outros distritos e povoados; 2 - Percentual da população urbana sobre a total.

Os reflexos desse crescimento nas taxas de urbanização são estabelecidos por meio do percentual da população urbana sobre a população total, e com isso possibilita analisar ao longo dos anos tais mudanças. A partir de 1940, a taxa era de apenas 8,4%. Após duas décadas, estava em 34,6%. Em 1970, houve decréscimo e ficou em 17,98%, sendo que a partir de então os valores foram aumentando gradativamente de 1980 a 2010. e passaram de 23,15 % para 40,95%.

Dessa forma, todas as transformações que sociedade brasileira passou nos últimos anos, em especial os processos de industrialização e de desenvolvimento tecnológicos, refletem no sistema econômico e produtivo dos municípios menores, como o exemplo de Irará. A busca por atividades que não são agrícolas pode justificar a crescente taxa dos dados de urbanização no ano de 2010. O êxodo rural que levou muitas pessoas a migrarem do campo para buscar melhores condições de vida nas áreas urbanas também influenciou nos resultados.

Entre as décadas de 1970 a 2010 os dados da ocupação mostram que a maior parte da população

economicamente ativa sempre esteve distribuída no setor primário, que compreende especialmente as atividades ligadas à agricultura, pecuária e extrativismo, com mais de 50% da população ocupada. Isso significa que a maior parte da população trabalhava com atividades ligadas à exploração dos recursos naturais e, sobretudo, as atividades agrícolas, que impulsionavam a economia do município (ver Tabela 2).

**Tabela 2** - Iará: Ocupação por setor econômico, por ano, 1970–2010.

| Períodos | Primário | Indústria | Construção | Terciário |
|----------|----------|-----------|------------|-----------|
| 1970     | 79,28    | 5,18      | -          | 15,54     |
| 1980     | 80,75    | 3,71      | 1,81       | 13,72     |
| 1991     | 71,20    | 3,11      | 2,82       | 22,86     |
| 2000     | 67,9     | 2,6       | 3,0        | 26,5      |
| 2010     | 59,1     | 3,4       | 3,9        | 33,6      |

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Em relação aos dados da indústria, observa-se que são poucas as pessoas ocupadas nesse setor, devido a existência de pequenas unidades fabris que ofertavam uma pequena demanda de oportunidades de trabalho. Assim como no setor terciário, já que uma pequena parcela da população preenche esse campo. Com isso, percebe-se a maior oferta de trabalho estavam no setor primário.

Ao observar os dados de ocupação de 1980 e 1990, nota-se que o percentual de pessoas ocupadas no setor primário aumentou, pois, conforme os resultados obtidos, cerca de 80,5% da população estavam ocupadas nesse setor. Já o total que compreendia a indústria e a construção juntas fechavam em cerca de 5,5%. Durante esse período, grandes variações nos dados de ocupação foram observadas, especialmente no setor terciário, que passou para aproximadamente 23% da taxa.

Entretanto, um aspecto a ser destacado é que se trata de um município que é basicamente agrícola, já que quase 60% da população trabalhavam nesse setor em 2010. Embora o município não possua nenhuma grande indústria que gere empregos diretos e indiretos, essas aparecem como setor que contribuiu para a economia local, provavelmente em função de pequenas unidades fabris. Vale salientar, também, que muito dos munícipes trabalham em indústrias

da microrregião de Feira de Santana, Polo Petroquímico de Camaçari, Salvador e toda região metropolitana nas áreas industriais, que acabam por retornar às suas residências e agregam valores aos dados desse setor para o município.

Sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do município, a soma de todas as riquezas produzidas por setores ao longo dos anos, os destaques são para os anos de 1949 a 2015. O setor que deu maior contribuição foi a agricultura, seguido depois pelos serviços. Assim, embora o país tenha passado por grandes mudanças no seu setor produtivo no setor da indústria, para o município não impactou tanto na geração das riquezas, pois não foram implantadas grandes unidades.

Entre 1959 a 1980, os valores da agricultura apresentaram decréscimo, porém, continuaram superiores aos demais, pois variaram de 83,07% a 48,65%. Enquanto isso, o setor dos serviços cresceu e passou de 14,62 % a 39,14 % entre essas décadas. Já o setor da indústria, com pequenas elevações, variou de 2,32% a 12,21% (ver tabela 3).

Entre 1999 e 2015, a situação inverteu-se em relação aos setores que mais contribuíram como os valores do PIB, pois o setor de serviços ultrapassou a agricultura, que ficou entre 12,52 % a 8,90%. Já o serviço ficou entre 76,0 a 72,83% do total de riquezas que se produziu, sendo que a indústria sofreu pequena variação no seu saldo, que chegou até a superar a agricultura.

Nos últimos anos, algumas pequenas fabricas se instalaram na cidade de Iará, outras ficaram apenas no papel. Porém, a que chegou a funcionar teve duração bem curta. A cogitação da instalação de uma fábrica de carne de charque ou “carne de sertão”, por muito tempo, levou expectativas de dias melhores para a população, em especial, a urbana, com a promessa da geração de empregos (GAZETA, 2012). Foi preparada toda infraestrutura da área, no entanto essa fábrica ficou apenas nas promessas.

Já as fabricas de calçados e de eletromagnéticos foram instaladas e entraram em operação, só que apenas uma ainda continua em funcionamento. A Limana Calçados, inaugurada em dezembro de 2012, operou por pouquíssimo tempo e encerrou suas atividades em ano. Já o grupo mineiro Qualitrafo está em funcionamento. A promessa era de gerar 180 empregos diretos, segundo Mendes Jr (2014). Porém, não há informações do quadro de funcionários atual da empresa.

**Tabela 3** - Iará: Produto Interno Bruto (PIB), por setores (%), 1949–2015.

| Setores               | 1949          | 1959          | 1970          | 1980          | 1999          | 2009          | 2012          | 2015          |
|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Agricultura           | 83,07         | 55,70         | 55,35         | 48,65         | 12,52         | 21,49         | 8,90          | 17,05         |
| Serviços <sup>2</sup> | 14,62         | 25,78         | 35,33         | 39,14         | 76,00         | 70,86         | 78,75         | 72,83         |
| Indústria             | 2,32          | 18,52         | 9,32          | 12,21         | 11,48         | 7,65          | 12,35         | 10,11         |
| <b>Total</b>          | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

Fontes: IPEA (2012); SEI (2011); IBGE (2015)

Nota: 1 - A partir de 2000, adotou-se uma nova metodologia para o cálculo do PIB; 2 - O comércio está incluso.

O município de Irará, ao longo de sua história, passou por profundas modificações, tanto geográficas como também históricas e econômicas. Os setores produtivos da agricultura e o terciário foram os que mais passaram por mudanças. Os dados da ocupação da agricultura, por exemplo, são os maiores de todos os setores.

A cidade de Irará alcançou pequenas transformações no crescimento urbano, visto que a sua área central passou diversas modificações, necessárias para acompanhar a expansão da cidade. A Praça Nossa senhora da Purificação sofreu muitas intervenções ao longo de sua existência, local aonde é realizada a feira, que é secular e de grande importância para o município. São mudanças decorrentes da necessidade da cidade ofertar melhores condições e organização para quem ocupa os espaços no centro.

Um percentual significativo da população iraraense está ocupada no setor terciário, muitos têm na informalidade, como a feira livre, o único local de trabalho para ter fonte de renda para sustentar suas famílias. Em razão disso, a feira de Irará é fundamental para economia do município, pois gera empregos diretos e indiretos. A feira atrai centenas de pessoas todos os sábados, seja do próprio município ou dos municípios vizinhos, até mesmo de locais mais distantes, inclusive da capital, que vão consumir, conhecer a feira e também se divertir.

A cidade se expandiu, ocorreram muitas transformações e a feira contribuiu para esse processo, pois na medida que novos ambulantes chegaram, ruas do entorno da praça passaram a ser utilizadas, com a intervenção do poder público no espaço urbano para atender a demanda.

Nesse sentido, a ocupação no setor terciário também reflete na dinâmica da feira, o que justifica os dados PIB como o maior de todos os setores econômicos, que têm crescente evolução nos últimos anos. Porém, o desenvolvimento urbano de Irará tem relação direta com o campo, pois o aumento de sua malha urbana teve forte influência do êxodo rural que tem sido observado ao longo dos últimos anos, como demonstram os dados do último censo, em que a população urbana teve aumento significativo, tendência que deve ocorrer nos próximos anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo possibilitou compreender que a ideia do desenvolvimento envolve um contexto amplo de fatores necessários para que o mesmo ocorra, pois devem-se considerar não só aspectos físicos, mas também sociais. O desenvolvimento urbano não pode ser visto apenas como uma forma de estruturação, mas, sim, como um mecanismo que envolva a sociedade e busque a inclusão social. Deve ser pensado para o bem coletivo e não apenas para o embelezamento e a expansão da malha urbana.

Acidade é reconhecida pela sua capacidade de ofertar ou receber serviços e atender as necessidades da população,

não apenas pelo seu contingente populacional ou territorial. Mediante as alterações no sistema produtivo, as cidades pequenas acompanham tais mudanças e modelam-se para adaptar as imposições do sistema capitalista vigente.

O artigo possibilitou também compreender a história, ou seja, o processo de formação da cidade de Irará, desde o seu surgimento até os dias atuais, através de dados referentes a sua população e economia. Isso, além de observar aspectos que marcam o desenvolvimento de seu tecido urbano ao longo dos anos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Cadernos 1. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. A cidade brasileira e mediações entre políticas públicas e programas de desenvolvimento econômico. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, **Anais...**, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010. p. 1-24

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 30, p. 05-12, 2011.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator** - volume 9, número 20, set. /dez, 2010.

GAZETA, Roque da, Fábrica de Charques Será Ativada. **A Gazeta de Irará**. Ano 12, Nº 144, set /2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Irará. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>, acesso: 22 de abril 2016.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. V. XX. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

MENDES, Jr. Indústria: Qualitrafo terá fábrica de equipamentos elétricos em Irará. **Bahia Já**, Salvador 15 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2014/05/15/industria-qualitrafo-tera-fabrica-de-equipamentos-eletricos-em-irara,71435,0.html>, acesso: 25 maio de 2016.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade; para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64p.

LIMONAD, Ester. Reflexões Sobre o Espaço, o Urbano e a Urbanização. **GEOgraphia** – Ano 1 – No 1 – 1999.

SANTOS, Josefa L. dos. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. 300f. Tese (Doutorado

em Geografia) - Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão/SE, 2007.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre cidades pequenas. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. v. 1.

SANTANA, Alberto Pereira de. **Irará 88**. Prefeitura Municipal de Irará, Irará, 1988.

SANTOS, Janeide Bispo dos. **A territorialidade dos Quilombolas de Irará (BA): Olaria, Tapera e Crioulo**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências – Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, M. L. A teoria sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento socioespacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul./ dez. 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 4º ed., São Paulo: Contexto, 1991.